

CMN espera confirmar as medidas na quarta

350

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Na próxima quarta ou quinta-feira, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá reunir-se, extraordinariamente, para encaminhar algumas decisões relacionadas às medidas contidas no pacote econômico. A expectativa do Ministério da Fazenda era, até a tarde de ontem, que o Congresso venha a aprovar o projeto do Executivo, para depois convocar a reunião do CMN que, entre outras coisas, referendará a decisão de se implantar um índice único para a correção do salário e capital e definirá as alíquotas do Iposto de Renda sobre as operações financeiras de curto prazo.

O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) foi guindado ao posto de índice oficial da aferição da inflação e de referencial único para as correções monetária, cambial e dos salários, por voto **ad referendum** do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. O CMN apenas confirmará o voto e, até mesmo, poderá fazer o novo índice ter a denominação oficial de INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

O assessor especial do ministro da Fazenda, João Manoel Cardoso de Melo, informou, após a divulgação do "pacote" econômico, quinta-feira, que o CMN poderá trocar as siglas, mas sem mexer no conteúdo metodológico do índice.

Na última quarta-feira, o presidente José Sarney assinou decreto estipulando a elevação da faixa de renda tomada como base de pesquisa para o INPC os mesmos 30 salários mínimos do IPCA. Na verdade, o antigo INPC está igual, no conteúdo metodológico e na sistemática de cálculo, ao IPCA. Com base nesse aspecto, a sigla poderá

ser trocada como uma estratégia de marketing.

Quanto à definição das alíquotas do Imposto de Renda sobre o open market, o Conselho Monetário não poderá tomar nenhuma decisão que represente aumento de taxação sobre o setor. O CMN, por força de lei, não pode taxar o open além de 12%. Hoje, as alíquotas nas operações a curto prazo variam entre 10 e 12%. Originalmente, o pacote do governo previa a substituição do IR do open pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mas a pedido dos parlamentares o Executivo decidiu voltar atrás na decisão.

"O DIA SEGUINTE"

O dia de ontem no Ministério da Fazenda foi um dos mais calmos desde o início do novo governo. Apesar dos meses de suspense, o dia seguinte à divulgação do pacote econômico foi acompanhado por poucas autoridades responsáveis por sua concepção. O ministro Dilson Funaro integrou a comitiva do presidente José Sarney que passou todo dia de ontem na fronteira entre o Brasil e a Argentina. João Manoel Cardoso de Melo viajou para São Paulo. E o chefe da assessoria econômica especial, Luiz Gonzaga Beluzzo, está na Argentina desde terça-feira passada, participando da reunião do Grupo de Cartagena.

O secretário-geral do ministério, João Batista de Abreu, ficou em Brasília. Mas o acompanhamento da tramitação do projeto do governo no Congresso Nacional foi feita de perto por dois assessores de Funaro, o seu chefe de gabinete, Roberto Miller, e o adjunto deste, Silas Castilho, que acumula o cargo de assessor parlamentar do Ministério da Fazenda.